

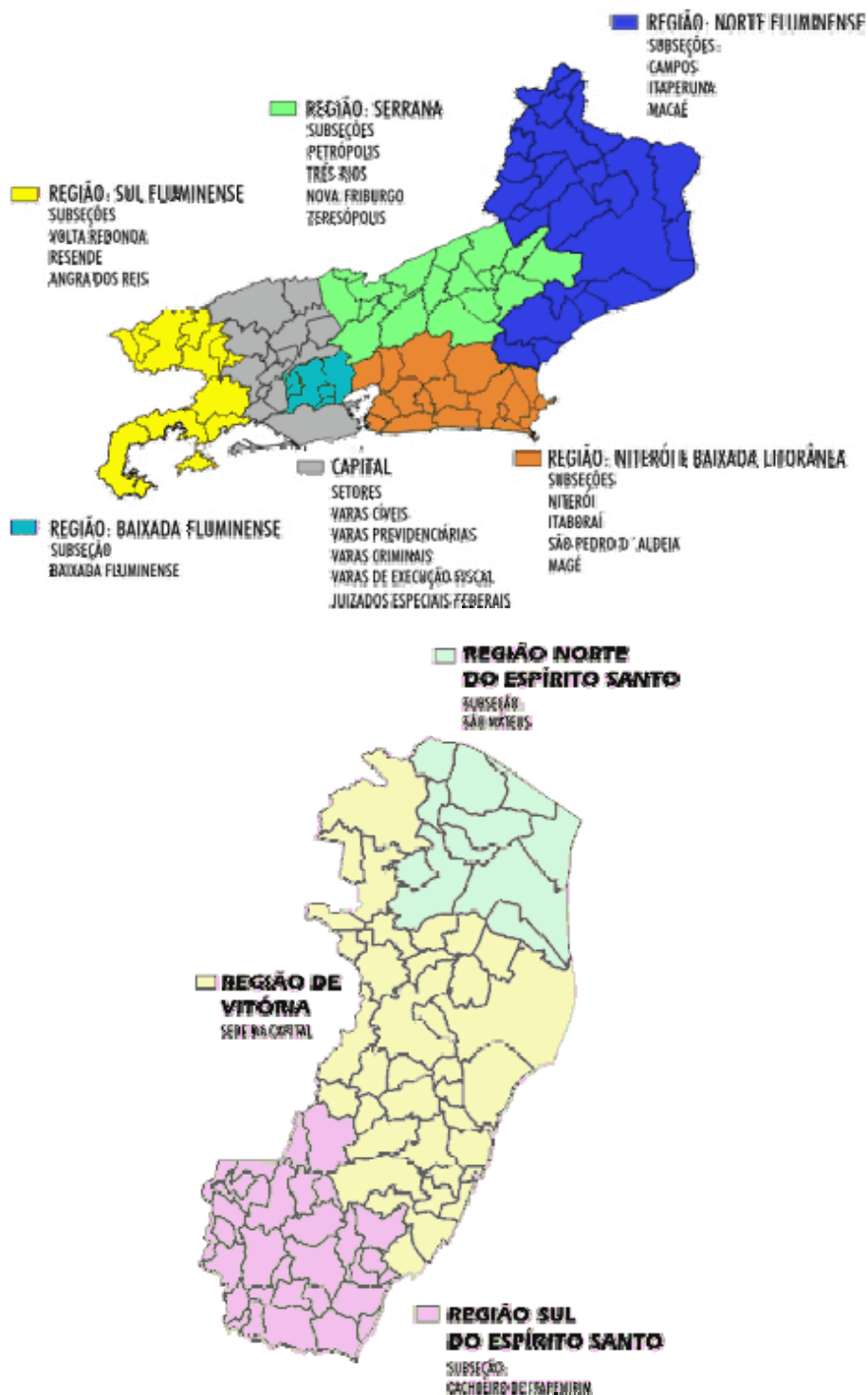
SUMÁRIO DA PROPOSTA

A presente proposta de Emenda Regimental visa regulamentar, no âmbito do TRF da 2ª Região, a lotação dos Juízes Substitutos, tal como já ocorre nos demais TRF's, passando do sistema atual de simples designações pela Corregedoria, para o sistema de lotações, original ou mediante concurso de remoção. Estes são os principais fundamentos e características da proposta:

preservação da garantia constitucional da inamovibilidade – em conformidade com o disposto no art. 95, II da CF, a inamovibilidade é garantia assegurada também aos Juízes Substitutos. Obviamente, não se trata de garantia absoluta, seja para o próprio Juiz Titular (cf. art. 93, VIII da CF), seja para o Juiz Substituto, vigorando, em relação a este, de forma mitigada pela própria natureza de sua atuação. De qualquer modo, mostra-se necessário preservar tal garantia também para os Juízes Substitutos;

provimento por lotação, ao invés de mera designação pela Corregedoria – pelo sistema atual, a Corregedoria pode, a qualquer momento, modificar a jurisdição do Juiz Substituto, vez que não há lotação, mas simples designação efetuada conforme a determinação do Corregedor. A proposta prevê que todos os Juízes Substitutos passem a ter uma lotação definida, resguardando assim a sua inamovibilidade;

regionalização – conforme estabelecido pelo Provimento nº 10 da Corregedoria, de 15/07/2003, foram estabelecidas regiões reunindo uma ou mais subseções, geograficamente próximas e com certas características de cunho local comuns. Tal divisão tem por finalidade apenas direcionar a designação/lotação dos Juízes Substitutos, possuindo mera natureza administrativa, não influenciando na competência material ou territorial dos Juízes que compõem uma região. A regionalização propicia maior identificação do Juiz Substituto com a local de atuação, continuidade na prestação jurisdicional, melhor planejamento pela Corregedoria e redução significativa de custos para a Justiça. Pela proposta, a 2ª Região subdividir-se-ia em 7 (sete) regiões, conforme se segue:



lotação em juízos ou em regiões – a lotação dos Juízes Substitutos ocorrerá de duas formas: a) 80% do total de Juízes Substitutos seriam lotados em juízos específicos; b) os 20% remanescentes seriam lotados em regiões, podendo atuar em quaisquer dos juízos que a compõem. A existência de uma parcela de “Juízes Regionais”, tem por finalidade atender aos interesses da prestação jurisdicional, possibilitando à Corregedoria efetuar designações conforme as necessidades do serviço (férias, afastamentos, licenças, convocações, prestação de auxílio), observados, obviamente, os limites de cada região correspondente à lotação do Juiz Substituto;

observância da antiguidade do Juiz Substituto no concurso de remoção – **a adoção do critério da antiguidade no concurso de remoção dos Juízes Substitutos simplifica o procedimento, além do que, não seria recomendável a adoção de outros critérios, como o do merecimento, até porque muitas das vezes o candidato à remoção não terá tempo suficiente na carreira para que seja aferido o respectivo grau de merecimento;**

distinção entre Juízes Substitutos vitalícios e não-vitalícios – **como consequência do critério da antiguidade, via de regra, os “Juízes Regionais” (20% do total) serão os Juízes Substitutos não-vitalícios, que correspondem à parcela menos antiga da carreira, salvo opção de Juiz mais antigo em ser lotado em uma região ao invés de uma vara específica. Outrossim, os Juízes Substitutos em processo de vitaliciamento, uma vez lotados em regiões, poderão atuar em juízos com competências diversas, alargando suas experiências nas diversas áreas da Justiça Federal;**

indicação das vagas abertas à remoção pela Corregedoria – **a abertura do concurso de remoções para os Juízes Substitutos dependerá, além da existência de vagas, da iniciativa do Corregedor, atento ao interesse do serviço e à boa administração da Justiça, já que a abertura automática de sucessivos concursos de remoções ensejaria a concentração de Substitutos nas Varas da Capital em detrimento da lotação no interior do Estado, via de regra, menos atrativas para os mesmos. Caberá ao Corregedor indicar as vagas (inclusive regionais) a serem oferecidas, conforme o número de Juízes Substitutos e a necessidade do serviço, observando, para tal indicação, o critério da antiguidade do Titular entre Juízos com a mesma competência;**

critérios objetivos e formais para realização das designações pela Corregedoria, quando necessárias – **mesmo havendo lotação, ainda persistirá a necessidade de designações pela Corregedoria (férias, afastamentos, licenças, convocações, prestação de auxílio), devendo tal atividade ser desenvolvida mediante a adoção de critérios objetivos, devidamente formalizados, tal como já estabelecido pelo Provimento n° 10 da Corregedoria, de 15/07/2003;**

período de “pedágio” para se postular nova lotação – **o prazo é de um ano, e visa evitar remoções sucessivas, em prejuízo da continuidade da prestação jurisdicional;**

ausência de pagamento de diárias em deslocamentos dentro da mesma região – **decorre da regionalização do Juiz Substituto, que impede grandes deslocamentos. Única exceção: distâncias superiores a 80 km;**

divisão equânime de serviço e garantia de estrutura condigna de trabalho para os Juízes Substitutos – **sem interferir na administração da Vara, que incumbirá ao seu Titular (inclusive para indicação das funções comissionadas), a Corregedoria zelará para que o auxílio prestado pelo Juiz Substituto ocorra em condições adequadas, assegurando a divisão igualitária de serviço, a continuidade de atuação nos processos, a disponibilização efetiva da estrutura funcional da Vara e instalações físicas condignas e adequadas. Quanto à divisão equânime de**

trabalho, já se encontra em vigor o Provimento nº 002 da Corregedoria, de 28/03/2003.